BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 38 CAPITAL FEDERAL QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1961

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário. Senador Gilberto Marinho.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novaes Filho
1º Sulente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder . . . . . .
Vice-Líderes . . . . . .

Da Minoria

Líder . . . . . .
Vice-Líderes . . . . . .

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Velloso e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan — Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder . . . . . .
Vice-Líder: . . . . . .

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder. Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder . . . . . .
Vice-Líder: . . . . . .

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder . . . . . .

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente
Cunha Mello
Gilberto Marinho
Argemiro Figueiredo
Novaes Filho
Mathias Olympio
Guido Mondim
Secretário: Evandro Mendes Viana Diretor-Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Gaspar Veloso — Presidente (PSD)
Daniel Krieger — Vice-Presidente (UDN)
Venâncio Igrejas (UDN)
Milton Campos (UDN)
Heribaldo Vieira (UDN)
Silvestre Péricles (PSD)
Ruy Carneiro (PSD)
Caiado de Castro (PTB)
Nogueira da Gama (PTB)
Lourival Fontes (PTB)
Aloísio de Carvalho (PL)

SUPLENTES

PSD:

1. Ary Vianna
2. eBnedito Valladares
3. Francisco Gallotti

PTB:

1. Lima Teixeira
2. Argemiro de Figueiredo
3. Barros de Carvalho

UDN:

1. Rui Palmeira
2. João Villasbôas
3. João Arruda

PL:

1. Mem de Sá

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

. . . . . — Presidente
. . . . . — Vice-Presidente

SUPLENTES

PSD:

1º . . . . . .
2º . . . . . .
3º . . . . . .

PTB:

1º . . . . . .
2º . . . . . .
3º . . . . . .

UDN:

1º . . . . . .
2º . . . . . .
3º . . . . . .

Secretária: . . . . . .
Reuniões: . . . . . .

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

. . . . . — Presidente
. . . . . — Vice-Presidente

SUPLENTES

PSD:

1º . . . . . .
2º . . . . . .

PSD:

Menezes Pimentel — Presidente
Jarbas Maranhão

UDN:

Padre Calazans — Vice-Presidente
Reginaldo Fernandes

PTB:

Saulo Ramos
Arlindo Rodrigues

PL:

Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:

Lobão da Silveira
Paulo Fernandes

UDN:

Coimbra Bueno
Lino de Mattos

PTB:

Paulo Fender
Lima Teixeira

PL:

Aloísio de Carvalho

Secretária: Mary de Faria Albuquerque
Reunião: Quarta-feira, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

UDN:

Freitas Cavalcanti — Presidente
Irineu Bornhausen
Daniel Krieger
Fernandes Távora
Dix-Huit Rosado
Lopes da Costa

PSD:

Jefferson de Aguiar — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Filinto Müller
Ary Vianna
Lobão da Silveira
Vitorino Freire

PTB:

Fausto Cabral
Nogueira da Gama
Saulo Ramos
Caiado de Castro

PL:

Mem de Sá

SUPLENTES

UDN:

Milton Campos
Padre Calazans
Ruy Palmeira
Coimbra Bueno
João Arruda
Del Caro

PSD:

Gaspar Veloso
Silvestre Péricles
Ruy Carneiro
Jarbas Maranhão
Menezes Pimentel
Pedro Ludovico

PTB:

Barros Carvalho
Arlindo Rodrigues
Paulo Fender
Lima Teixeira

PL:

Aloísio de Carvalho

Secretário: Renato de Almeida Chermont
Reunião: Quinta-feira, as 16,30 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

PTB — Lima Teixeira, Presidente.
PSD — Ruy Carneiro, Vice-Presidente.
UDN — Lino de Matos.
UDN — Venâncio Igrejas.
UDN — Moura Vieira.
PSD — Menezes Pimentel.
PSD — Francisco Gallotti.
PTB — Miguel Couto.
PTB — Paulo Fender.

SUPLENTES

U. D. N.

1. Dix-Huit Rosado.
2. Padre Calazans.
3. Heribaldo Vieira.

P. S. D.

1. Paulo Fernandes.
2. Lobão da Silveira.
3. Sebastião Archer.
1. Barros Carvalho.
2. Lourival Fontes.
3. Arlindo Rodrigues.

Secretário

José Soares de Oliveira Filho

Dia de Reunião

Quinta-feira, às 15 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD)
Sérgio Marinho, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTES

U. D. N.

1. Padre Calazans.
2. Daniel Krieger.

P. S. D.

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.

P. T. B.

1. Paulo Fender.

Dia da Reunião

Têrça-feira, às 16 horas.

Secretária

Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PI-8.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

..... — Presidente
..... — Vice-Presidente

SUPLENTES

PSD:

1º .....
2º .....
3º .....

PTB:

1º .....
2º .....
3º .....

UDN:

1º .....
2º .....

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

U. D. N.:

Reginaldo Fernandes — Presidente
Fernandes Távora

P. S. D.:

Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico

P. T. B.:

Saulo Ramos

SUPLENTES

U. D. N.:

Dix-Huit Rosado
Lopes da Costa

P. S. D.:

Eugênio Barros
Jarbas Maranhão

P. T. B.:

Miguel Couto

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues

Reunião: quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

..... — Presidente
..... — Vice-Presidente

SUPLENTES

PSD:

1º .....
2º .....
3º .....

PTB:

1º .....
2º .....

UDN:

Secretária: .....
Reuniões: .....

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES			FUNCIONARIOS		
Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr$	50,00	Semestre	Cr$	39,00
Ano	Cr$	96,00	Ano	Cr$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Cr$	136,00	Ano	Cr$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sòmente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr$ 0,50.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

..... — Presidente
..... — Vice-Presidente

SUPLENTES

PSD:

1º .....
2º .....

PTB:

1º .....
2º .....

UDN:

1º .....
2º .....

PL:

Secretária: .....
Reuniões: .....

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard — Presidente
Lino de Matos — Vice-Presidente
Coimbra Bueno
Victorino Freire
Fausto Cabral

SUPLENTES

U. D. N.:

1. Sérgio Marinho
2. João Arruda

P. S. D.:

1. Jefferson de Aguiar
2. Eugênio Barros

P. T. B.:

1. Nelson Maculan

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Nelson Maculan — Presidente
Eugênio Barros — Vice-Presidente
Ovídio Teixeira
Mourão Vieira
Alô Guimarães
Paulo Fernandes
Nogueira da Gama

SUPLENTES

U. D. N.:

1. Lopes da Costa
2. Joaquim Parente

P. S. D.:

1. Pedro Ludovico
2. Lobão da Silveira
3. Francisco Gallotti

P. T. B.:

1. Saulo Ramos
2. Lima Teixeira

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Comissões Especiais

Comissão Especial de Estudo dos Problemas de Sêca do Nordeste

..... — Presidente
..... — Vice-Presidente
Secretária: .....

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce

..... — Presidente
Secretária: .....

Comissão Especial de Mudança da Capital

..... — Presidente
..... — Vice-Presidente
Secretário: .....

Ata das Comissões

Comissão de Serviço Público Civil

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 1961

Às dezessete horas do dia vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões do Senado Federal, reune-se a Comissão de Serviço Público Civil, sob a Presidência do Sr. Jarbas Maranhão, Vice-Presidente, com a presença dos Srs. Ary Vianna, Nelson Maculan, Joaquim Parente, Mem de Sá e Guido Mondim.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Daniel Krieger, presidente, e Caiado de Castro.

Não havendo projetos a distribuir, o Sr. Presidente dá a palavra ao Senhor Ary Vianna para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1961, que cria, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, vinte Juntas de Conciliação e Julgamento e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, — o crédito especial de ..... Cr$ 20.000.000,00 e dá outras providências. O parecer, favorável, é aprovado pela Comissão.

Ainda o Sr. Ary Vianna relata favoràvelmente o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1961, que cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará e dá outras providências. O parecer é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Galina Cruz Alves, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 1961

Às dezesseis horas do dia vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões do Senado Federal, reune-se a Comissão de Serviço Público Civil, sob a Presidência do Sr. Jarbas Maranhão, Vice-presidente, com a presença dos Srs. Ary Viana, Caiado de Castro, Nelson Maculan, Mem de Sá e Joaquim Parente.

Deixa de comparecer, com causa justificada, o Sr. Daniel Krieger, presidente.

O Sr. Presidente àvoca o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1961, que dispõe sôbre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, requisitados, que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e dá outras providências, e faz as seguintes distribuições:

— ao Sr. Mem de Sá: Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1959, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a concessão da gratificação prevista no art. 145, inciso VI, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1959 .... (E.F.P.C.U.), aos servidores que exercem cargos ou funções relacionados com o exercício da medicina no Serviço Público Federal, regulamentada pelo Decreto nº 43.186, de 6 de fevereiro de 1959;

— ao Sr. Ary Viana — Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1960, que dispõe sôbre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais;

— ao Sr. Nelson Maculan — Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1961, que cria a Estação Aduaneira de Belo Horizonte e dá outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Senhor ary Viana lê parecer favorável sôbre emenda de plenário oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1960, que cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Posto em discussão o parecer, o Sr. Mem de Sá pede vista do projeto que lhe é concedida.

Ainda o Sr. Aryy Viana lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1961, que cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências. O parecer é aprovado sem discussão.

Em seguida, é dada a palavra ao Sr. Nelson Maculan que emite os seguintes pareceres favoráveis

— ao projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1960, que equipara a extranumerários mensalistas da União, servidores das ferrovias federais incorporadas à R.F.F.S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem, ou venham a contar, 5 anos de exercício;

— ao projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1961, que federali a a Escola Superior de Veterinária pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Ambos os pareceres são aprovados sem discussão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Italina Cruz Alves a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA REUNIAO REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 1961

As dezesseis horas do dia vinte e sete de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões do Senado Federal, reune-se a Comissão de Serviço Público Civil sob a Presidência do Sr. Jarbas Maranhão, Vice-Presidente, com a presença dos Srs. Ary Vianna, Nelson Maculan, Mem de Sá, Caiado de Castro e Guido Mondim.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Daniel Krieger, presidente, e Joaquim Parente.

Não havendo projetos a distribuir, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Mem de Sá para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1961, que aprova têrmo de Acôrdo firmado entre o Govêrno Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sôbre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União. O parecer, favorável, é aprovado sem discussão.

Em seguida, o Sr. Nelson Maculan lê seu parecer sôbre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1961, que cria uma Estação Aduaneira em Belo Horizonte e dá outras providências.

Pôsto em discussão o parecer, usam da palavra os Srs. Mem de Sá e Caiado de Castro que propõem seja concedido ao Relator um prazo maior para melhor se informar sôbre a existência de linhas aéreas internacionais, ou mesmo nacionais, que justifiquem a criação da estação aduaneira em estudo. A Comissão aprova a proposta, ficando, assim, adiada a votação do Parecer.

De acôrdo com o § primeiro do art. 82 do Regimento Interno, o Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Caiado de Castro, a fim de relatar o projeto de lei da Câmara nº 11, de 1961, que dispõe sôbre a situação e aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos requisitados, que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), e dá outras providências.

O parecer, favorável, é aprovado, sendo voto vencido o Sr Mem de Sá.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Italina Cruz Alves, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA REUNIAO REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 1961

As dezesseis horas do dia oito de fevereiro de 1961, reune-se na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Daniel Krieger, Presidente, presentes os Srs. Ary Vianna, Mem de Sá, Ruy Carneiro e Guido Mondim, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Jarbas Maranhão, Nelson Maculan, Joaquim Parente e Caiado de Castro.

E' lida e aprovada, sem alterações a ata da reunião anterior.

A seguir, o Sr. Mem de Sá, que havia pedido vista do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1960, que cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências, lê seu voto em separado, contrário às emendas e subemendas.

Pôsto em votação o parecer do Sr. Ary Vianna já discutido em reunião anterior, verifica-se a sua rejeição pela maioria da Comissão.

O Sr. Daniel Krieger designa o Sr. Mem de Sá para relatar o vencido e a Comissão resolve adotar o seu voto como parecer, tendo o Sr. Rui Carneiro assinado de acôrdo com a preliminar que considera não ter a emenda pertinência com a matéria do projeto.

O parecer do Sr. Ary Vianna passa a constituir voto em separado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Italina Cruz Alves, Secretária a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 6ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 22 DE MARÇO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR., MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores

Mourão Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Mendonça Clark — João Mendes — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Reginaldo Fernandes — Argemiro de Figueiredo — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Freitas Cavalcanti — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Venâncio Igrejas — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — Coimbra Bueno — João Villasbôas — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Mem de Sá — Guido Mondin (45).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Novaes Filho, 4º Secretário, servindo de 2º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Gilberto Marinho, 3º Secretário, servindo de 1º, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício

Do Gabinete Civil da Presidência da República, transmitindo cópia do Ofício nº B-73-Gm, de 1º de março de 1961, do Ministério da Viação e Obras Públicas relativamente ao Requerimento de informações nº 374, do ano findo, do Senhor João Villasbôas.

Dê-se conhecimento ao Requerente.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Lista nº 9, de 1961 — Em 22 de março de 1961

Manifestações contrárias à aprovação do projeto de lei da Câmara nº 13, de 1960 (Nº 2.222-57, na Câmara dos Deputados) que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional:

— da Câmara Municipal de São José dos Campos, SP.

— do Sr. Delphino Ambrósio, de São Paulo, SP.

— de Acquisti, de São Paulo, SP;

— do Sr. Roberto de Carvalho, de São Paulo, SP;

— do Sr. Luiz Girolamo, de São Paulo, SP;

— do Sr. Carlos Profili, de São Paulo, SP;

— da Srª Alcinda Dias, de São Paulo, SP;

— da Srª. Dora de Moura Profili, de São Paulo, SP;

— do Sr. Oswaldo, de São Paulo, SP;

— da Sra. Yolanda Afonso, de São Paulo, SP;

— da Sra. Clarice Pittingliani, de São Paulo, SP;

— do Sr. Constantino Mauro, de São Paulo, SP;

— do Sr. Manoel Estevão, de São Paulo, SP;

— da Sra. Dorothéa Costa Corrêa, de São Paulo, SP;

— do Sr. Baptista Bolenelli, de São Paulo, SP;

— do Sr. Sérgio Girolamo, de São Paulo, SP;

— do Sr. Prof. Visentini Giuletta, de São Paulo, SP;

— do Sr. José Maurício Barbosa Doronelli, de São Paulo, SP;

— do Sr. José Confertino de Novais, SP;

— do Sr. Waldemar Teixeira, de São Paulo, SP;

— da Associação Espírita de Defesa da Escola Pública de São Paulo;

— do Sr. Beltrão Portella, de Tucuruvi, SP;

— do Diretor Lauro Schelder, do Jornal Mundo Espírita, de Curitiba, PR;

— da Associação dos Amigos do Bairro Nonoai, de Porto Alegre, RGS;

O SR. PRESIDENTE:

Estiveram no Senado os Frota Aguiar, Raul Brunini e Souza Marques, Deputados à Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara, a fim de convidar esta Casa a se fazer representar na solenidade da promulgação da Constituição do Estado, no dia 27 do corrente, às 20 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente. Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Venâncio Igrejas.

O SR. VENANCIO IGREJAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, novamente ocupo a tribuna para tratar de assunto que vem sendo objeto de uma série de discursos que pronunciarei sôbre a situação que atravessa o Estado da Guanabara, o antigo Distrito Federal, a velha cidade do Rio de Janeiro.

Fui, anteontem, honrado com apartes de ilustres colegas a respeito da ajuda do Govêrno Federal à antiga Capital da República.

O Govêrno Federal realmente se dispôs desde logo a entregar ao Govêrno do Estado da Guanabara a elevada importância de quatro bilhões de cruzeiros, para atender ao aflitivo problema da falta d'água na grande cidade do Rio de Janeiro.

Convinha desde logo esclarecer, Sr. Presidente e nobres Srs. Senadores, que essa importância, apesar de tão elevada, constitui apenas uma parte e ainda não decisiva para a solução dêsse problema do Rio de Janeiro. Convém esclarecer ainda que não se trata de importância que vá ser dada ao Govêrno do Estado. O de que se trata é de um empréstimo feito pelo Govêrno Federal ao Estado da Guanabara pois, dentro de três anos, a União será reembolsada dessa importância. Para isso o Govêrno do Estado planejou um financiamento a base da taxa d'água, de maneira que em três anos no máximo, a União estará pa a dessa ajuda ao Estado da Guanabara; para isso o Govêrno Estadual já nomeou uma comissão de ilustres engenheiros, integrada pelos Drs. Marcondes Ferraz, Carvalho Neto e Paulo Sá, e coordenada pelo ex-Senador Napoleão Alencastro Guimarães. Esta comissão levará a cabo a organização de uma emprêsa estadual que será a Emprêsa de Águas da Guanabara.

Assim, pretende o Estado, logo que seja promulgada sua Constituição, começar a realizar a grande reforma administrativa no antigo Distrito Federal, enfrentando, frontalmente, dentre outros problemas, êsse que é fundamental, o da falta d'água.

Ocorre, Srs. Senadores, que os problemas atuais do novo Estado da Guanabara decorrem da péssima administração feita por prepostos do Presidente da República no antigo Distrito Federal. Daí a culpa da União, daí por que deve ajudar a velha Capital nesta fase de transição, em que o novo Estado tenta reabilitar a situação em que ficou a cidade do Rio de Janeiro.

Foi transferida a Capital da República mas não houve para isso justa preparação como, também, não houve preparação para, acima de tudo, a transformação do velho Distrito Federal no novo Estado da Guanabara e, assim, o Estado nasceu recebendo uma dura herança da União Federal.

Recentemente, um têrço da população carioca sofreu, durante dias consecutivos, a tragédia da falta d'água. Muitos Senadores não apenas foram testemunhas, sentiram os efeitos da ocorrência. Mas como averiguar a responsabilidade?

Resultou a falta d'água não, como inicialmente se dizia, de uma tromba-d'água, ou de uma enxurrada, mas de fatos relacionados com a má construção das adutoras, com a péssima conservação do seu material, com a insuficiência de meios e acima de tudo com pessoal inabilitado e viciado.

Continua no Estado da Guanabara aquela máquina funcional onde na verdade há grandes servidores, mas onde também nunca foi exercida uma política de mérito.

No velho Distrito Federal as nomeações se sucediam para atender, na maior parte das vêzes, aos apelos políticos de todos os Estados da Federação.

Recebeu, assim, o Estado da Guanabara um pessoal inabilitado e agora arca com a negligência e a falta de habilitação dêsse pessoal.

Ouso dizer que dos cinco motores da adutora — número suficiente, há muito tempo três trabalhavam de maneira quase ineficaz, e dois estavam parados: um há seis meses e o outro há quatro. Permaneciam pois as adutoras no mais completo abandono; no entanto, durante todos êsses anos, a cada momento, a população gritava pela falta d'água.

A segunda adutora de Lages merece uma daquelas providências que tornariam realidade o símbolo da nossa campanha — uma vassourada. As imensas tubulações de cimento armado se esfarelam; a cada passo vemos a envolvê-las anéis de aço: o que me leva a dizer, pitorescamente, que me lembravam uma africana em dia de festa, com colares em volta do pescoço. Através das frestas dêsses círculos de ferro, a água se esvai.

Em certos trechos existem tantos furos que transformam as tubulações em chafariz. Parece espécie de festa de esterilidade moral do administra-

ções descuidadas, nela gastando o dinheiro do povo.

E' de estarrecer a situação em que se encontra a segunda adutora de Lages que não completou dez anos de existência.

Assim era o regime antigo. Muito criticaram o Governador Carlos Lacerda, por ter decretado calamidade pública no Estado. A verdade, porém, é que só assim, através da sua ação pessoal, foi possível resolver o problema da falta d'água no mais curto espaço de tempo. Só assim pôde socorrer-se do auxílio inestimável da Marinha, do Exército e da Light, pois, apesar das discordâncias do Governador com essa emprêsa estrangeira, êle soube, no momento em que estava em jôgo o interêsse público, aceitar a cooperação dos seus técnicos.

Chegou o momento de fazermos justiça aos dirigentes daquela companhia e aos técnicos da Marinha e do Exército, que socorreram o Rio de Janeiro naquela oportunidade.

Como representante do Estado da Guanabara, e em agradecimento, desejo, da tribuna do Senado, citar aquêles oficiais da Marinha e do Exército que colaboraram patriòticamente para a solução do problema: o Ministro Silvio Heck, o Almirante Saldanha da Gama, Diretor do Arsenal de Marinha, os Comandantes Armando Santos e Antônio Leopoldo Amaral Sabóia. Este último revelou-se um grande técnico, e foi quem, com senso de responsabilidade e grande coragem moral, soube adotar a solução adequada a fim de que o povo carioca não sofresse por mais tempo as agruras da falta dágua. O Capitão-Tenente Djalma Silveira Ferreira e a valorosa equipe do Arsenal de Marinha também merecem a nossa gratidão; e dentre essa equipe, eu destacaria os modestos e eficientes mestres, Plácido e Alfredo. Ficam assim citados da tribuna da Câmara Alta e elogiados pelo Senador do povo carioca.

Não poderia igualmente esquecer o Capitão Acácio Dirceu da Silva Braga que, com um pelotão do 1º Exército, conseguiu fazer, pràticamente numa noite, o que os responsáveis e os técnicos das administrações passadas deveriam ter executado, talvez em dez anos. As adutoras ficam perto de uma enorme montanha mas nenhuma providência foi tomada para evitar que, quando chovesse, quando houvesse tempestade, as águas rolassem pela montanha, trazendo, numa enxurrada, grande quantidade de lama, que prejudica o serviço das adutoras. É o que êles fizeram.

Como se vê, Sr. Presidente e Senhores Senadores, a responsabilidade da falta água na ex-Capital da República, cabe às administrações que eram delegações do Poder Federal.

Sendo a União responsável, em grande parte, por êsses problemas do Rio de Janeiro, deve concorrer para a sua solução mesmo porque o Rio de Janeiro continua a ser a sala de visitas do Brasil onde vivem não apenas cariocas mas três e meio milhões de brasileiros, dos quais a sens'vel, a significativa, a expressiva maioria é oriunda dos outros Estados.

Em aparte, em sessão anterior, em nome do povo carioca, agradeci ao ilustre Presidente Jânio Quadros a ajuda de quatro bilhões, para a solução do problema da água no Rio de Janeiro.

Há outros assuntos Sr. Presidente, que merecem a ajuda do Govêrno Federal ajuda temporária, por certo, pois o Estado pretende retribuí-la a União e aos demais Estados. Confia na cooperação do Congresso Nacional e, em especial, nos Senhores Senadores que viveram ou moram, ainda, no Rio de Janeiro; e eu me abalanço a dizer que o Rio de Janeiro está permanentemente no coração de todos os Senadores.

Além do aspecto sentimental, o Rio de Janeiro é um centro de importância para a economia de todos os Estados, pois é, por essência, o centro consumidor do País. Tem o seu pôrto, sem dúvida necessitado de reaparelhamento, que, com a colaboração da União Federal lhe seria possível sanar essa deficiência. O pôrto serve a vários Estados da Federação, especialmente ao grande Estado de Minas Gerais. Essa ajuda da União Federal se justifica ainda, pois todos os seus problemas, hoje, derivam do fato de que foi — bem ou mal — a capital do Brasil durante tantos anos e como Capital, tornou-se um grande centro bancário, financeiro; e acima de tudo, o centro da burocracia; não um centro produtor, um centro industrial, porque, como capital da República ali estava concentrada tôda administração do País.

Com a saída da Capital, decresce a sua importância como centro administrativo. Ora, Sr. Presidente, como decorrência dessa mudança, o Govêrno Federal deixou um vasto e pesado passivo para o novo Estado que, ainda, engatinha. Não desconheço que o Rio de Janeiro auferiu grandes vantagens por ser a Capital da República; mas, hoje, só lhe restam as desvantagens — ficou-lhe o resíduo da permanência da Capital Federal na Guanabara. Lá era a Côrte, era o atrativo dos parentes, dos amigos, da clientela eleitoral dos grandes da República. Como conseqüência natural, as nomeações, para a Prefeitura do Distrito Federal, não obedeciam a critérios de conveniência local; assim não era possível efetuar uma correta política nos quadros funcionais. A ausência do critério de mérito criou, para o Estado uma resultante que durante algum tempo, terá de pagar caro.

A transferência dos órgãos federais foi feita de improviso, abruptamente, numa espécie de retificação de êrro de imprensa; onde está "Departamento Federal de Segurança Pública", leia-se "Departamento Estadual de Segurança Pública". Com isso, tôda a Polícia Civil, então federal, passou para o Estado, levando consigo alguns órgãos que deveriam continuar com a União e que, agora, o Estado terá de devolver, através do Ministério da Justiça.

Isto provocou uma hipertrofia do quadro de funcionários que se constituiu de repente, numa enorme massa de encargos, além do pêso incomensurável do onus com os inativos que pertencem na realidade à União.

Essa transferência feita através da lei federal Santiago Dantas, não consultou as convenièncias estaduais. Por ela, a União continuará a pagar, durante dez anos, ao pessoal transferido. Mas, o maior encargo não consiste apenas no pagamento de pessoal; há outros e êsses orçam em mais de dois milhões de cruzeiros.

Convém ressaltar que a despêsa do Estado para com êsses órgãos federais, transferidos, é de seis bilhões de cruzeiros. Até agora, figura no Orçamento, como resultado de uma emenda do nobre Deputado Raimundo Padilha, da União Democrática Nacional do Rio de Janeiro, apenas um bilhão para os inativos, que, repito, são da União e que foram transferidos na hora da mudança precipitada para o passivo do Estado da Guanabara.

Assim sendo, a União tem o dever de ajudar o Estado a pagar os seus aposentados até a data da mudança. Nada mais curial. Não obstante, o Estado da Guanabara não exige tanto; pretende que, durante algum tempo, possivelmente durante dez anos, possa ser prevista no Orçamento da República a importância de três bilhões de cruzeiros para ajudar as despesas com a transferência dos inativos e com os encargos impostos pelos órgãos da União que passaram à órbita estadual.

Durante dez anos, é quase certo que haverá a necessária reabilitação da cidade do Rio de Janeiro, em conseqüência do crescimento vegetativo da receita, especialmente, quanto ao impôsto de vendas e consignações. De maneira que será possível, ao Estado da Guanabara, com essa margem, vir a liquidar os seus compromissos.

Por outro lado, Sr. Presidente haverá necessidade da colaboração da União nas suas grandes iniciativas.

Até hoje, o Rio de Janeiro era a Capital da República e seus problemas eram resolvidos de cima para baixo. Quando havia falta de alguma coisa, quando havia dificuldades, apelava-se para o Govêrno Federal... e a União atendia à sua Capital. Hoje, porém com um Govêrno autônomo, eleito pelo povo, há aquilo que jamais houve — um planejamento com o objetivo de desenvolver a cidade do Rio de Janeiro e dar solução aos seus graves problemas.

Entretanto, para obtermos essas soluções torna-se necessário, evidentemente a colaboração da União Federal, à qual não pedimos óbulos. Damos-lhe, antes, a oportunidade de nos prestar uma ajuda que não lhe trará prejuizos, mas até lucros. O planejamento está sendo feito pela Secretaria do Interior, pela Secretaria de Finanças e pela futura Secretaria de Economia, em que se vai transformar a atual Secretaría de Agricultura, Indústria e Comércio. Através dêsses órgãos, serão criadas emprêsas controladas pelo Govêrno do Estado e para elas é que contamos com a ajuda da União Federal. Teremos a Companhia Progresso da Guanabara, COPEG, cujos estatutos estão pràticamente elaborados e cujas diretrizes já estão delineadas; a Usina Termelétrica, cuja simples denominação diz tudo e a Companhia Siderúrgica da Guanabara.

Portanto, Senhores Senadores, apenas pleiteamos que o Govêrno Federal, direta ou indiretamente, auxilie a Guanabara, prestigiando as iniciativas do Estado. Por exemplo será muito útil a ajuda da Companhia Siderúrgica Nacional à Siderúrgica da Guanabara e a participação da União Federal, através das suas entidades ou dos Fundos Federais no próprio capital dessas empresas, medidas que acabarão por beneficiar a própria União.

Há, assim, um conjunto de idéias e de planos para os quais o Estado da Guanabara conta obter o auxílio do Govêrno Federal, sem contudo lhe dar prejuizos. Breve, estaremos em condições de organizar essas emprêsas e de executar os seus serviços. Não caberia neste discurso, evidentemente, a apreciação de medidas de ordem técnica. Pretendi apenas trazer ao Senado Federal um esclarecimento relativamente ao plano de Govêrno do Governador Carlos Lacerda, assunto sôbre o qual, aliás, fui inquirido por um dos nobres colegas desta Casa. Procurei mostrar, em rápidas pinceladas, que o Estado da Guanabara não deseja o dinheiro da União para gastá-lo em detrimento dos demais Estados da Federação.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VENANCIO IGREJAS — Com muita honra ouço o aparte de V. Exa.

O Sr. Caiado de Castro. — A esta altura do discurso de V. xa., magnífico para nós, cariocas, desejo acrescentar um esclarecimento, oportuno no momento em que o Estado da Guanabara pleiteia uma ajuda e não uma esmola ou dádiva, como se diz a todo momento, e como tem sido repetido até mesmo no Senado. Não conheço em tôda a história de nossa cidade auxílio que lhe fôsse concedido como esmola ou dádiva do Govêrno Federal. Mesmo quando o Govêrno da República ocupava o Rio de Janeiro, quando o auxiliava, auxiliava caro, haja visto a abertura da Avenida Presidente Vargas. Se as obras dessa importante via não se tivessem realizado, naquela época, não sei como hoje resolveríamos os problemas do tráfego carioca. Já tenho ouvido, até mesmo no Senado, que a Avenida Presidente Vargas foi obra do Govêrno Federal. Entretanto, todos nós, cariocas, sabemos que foi construída graças a um empréstimo oneroso, feito pelo Banco do Brasil. O Govêrno Federal apenas facilitou a concessão dêsse empréstimo, que a antiga Prefeitura pagou integralmente, como, estou certo, o Estado da Guanabara pagará qualquer adiantamento que lhe fôr feito. Tenho acompanhado, com todo interêsse de representante do povo carioca, o novo planejamento do atual Govêrno. Um aspecto porém muito me preocupa: o Rio de Janeiro já foi grande centro produtor. Produzíamos tudo, arroz, mandioca, feijão e até café, em grande abundância. Criada a Secretaria da Agricultura, acabou-se a nossa produção. Assim confesso-me preocupado com a criação dêsse novo órgão. O objetivo principal do meu aparte porém — e peço desculpas a V. Exa. por alongá-lo...

O SR. VENANCIO IGREJAS — O aparte de V. xa. é um prazer.

O Sr. Caiado de Castro — ... foi apenas concordar com o nobre colega quando diz que o Estado da Guanabara não está pedindo dádiva ou esmola, como parecem acreditar alguns dos nossos companheiros. Deseja apenas uma ajuda da Mãe Pátria, ajuda que retribuirá, como sempre o tem feito no decorrer de tôda a sua história. As obras de maior importância realizadas no Rio de Janeiro, repito, devem-se a empréstimos do Govêrno Federal, pagos religiosamente. Há poucos dias, tive ocasião de inteirar-me dos juros elevados cobrados pelo Banco do Brasil, sôbre o dinheiro emprestado para a abertura da Avenida Presidente Vargas.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Agradeço ao aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, o progresso do Rio de Janeiro não interessa apenas a nós, cariocas. Com êle, muito poderá lucrar a União através, por exemplo, do turismo que, desenvolvido naquela cidade, reverterá em benefício da economia nacional.

Com relação ao problema agrícola, tem tôda razão o nobre Senador Caiado de Castro. Acontece que, não sendo o Rio Estado autônomo, mas Distrito Federal, não havia planejamento administrativo. Não desejo incriminar administrações passadas, individualizar a culpa. Entendo que os males do Rio de Janeiro resultavam de uma situação de irresponsabilidade institucional. O mal não estava neste ou naquele Prefeito, mas no fato de ser êle nomeado.

Na campanha passada, quando eu fazia observações a respeito daquilo que considerava errado institucionalmente na administração do antigo Distrito Federal, dizia-me um ex-Prefeito, cujo nome não cabe declinar, que fôra convidado para ocupar a Prefeitura na véspera de tomar posse. Foi, assim, investido no cargo de improviso, sem ter um plano, uma orientação administrativa, completamente sujeito à entourrage do Palácio do Catete. Acresce que, em média, o Prefeito demorava dez meses como administrador, antevendo sempre, como uma espada de Dâmocles, sua demissão *ad nutum*, preocupado mais em manter-se no pôsto do que em bem administrar.

Dependendo os Prefeitos do Presidente da República, a Prefeitura ficou altamente centralizada. Apenas aquêles lugares por assim dizer, perto do Palácio do Catete, perto do Palácio da Guanabara ou perto do Palácio das Laranjeiras, é que eram beneficiados pará que o Sr. Presidente visse a ação dos seus delegados. Os subúrbios e grande parte da zona rural, eram, entretanto abandonados. Daí resultou que o chamado Cinturão Verde do Rio de Janeiro, acabou por se transformar em uma série interminável de loteamentos, alguns bons, alguns certos mas, na sua maioria, feitos sem nenhuma ordenação e a antiga zona rural de Santa Cruz, de Jacarepaguá e de Campo Grande, desapareceu completamente.

Esteja descansado o nobre representante do Partido Trabalhista Brasileiro Senador Caiado de Castro porque o Governador Carlos Lacerda está tratando de aproveitar essa zona rural onde, se não é possível haver agricultura poderá, no entanto ser aproveitada para o desenvolvimento da avicultura e da horticultura, e, nesse sentido já há entendimentos com as autorida-

des federais do Ministério da Agricultura, de bancos e cooperativas.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa um aparte?

O SR. VENANCIO IGREJAS — Com muito prazer concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Lima Teixeira — Solidarizo-me com as palavras de V. Exa., quando, na qualidade de representante do Estado da Guanabara reivindica, mui justamente, o auxílio do Govêrno Federal ao Estado da Guanabara que durante tantos anos serviu de sede para o funcionamento do Congresso Nacional; êsses laços sentimentais fazem com que nós Senadores da República, também nos empenhemos no sentido de que sejam concedidos os créditos solicitados pelo Govêrno do Estado da Guanabara. Entendo, também, que V. Exa. tem razão quando declara que é necessário um planejamento a fim de que possa o Govêrno Federal proporcionar os recursos e empréstimos solicitados pelo Govêrno do Estado da Guanabara.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Agradeço o aparte de V. Exa., e, sobretudo, o apoio de suas palavras. Realmente nós representantes do Estado da Guanabara, tanto Senadores como Deputados do antigo Distrito Federal, não nos preocupávamos em pleitear verbas no Orçamento, pois, muitos de nós servíamos a representantes de outros Estados porque reconhecíamos ter o Distrito Federal uma situação "sui generis", podendo beneficiar-se através de outros meios. Agora, no entanto, já não podêremos fazer essa gentileza e esperamos mesmo que os representantes dos outros Estados a retribuam, quando da elaboração orçamentária.

Dizia eu, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a União Federal pode ajudar ao recém-criado Estado da Guanabara, através de várias formas como por exemplo através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que, poderá em entendimentos, em acôrdos, enfim, qualquer que seja a formulação jusídica — no caso não é essencial — fazer o financiamento dêsses empreendimentos ao Estado da Guanabara.

Vejam bem, Vs. Exas. que tenho evitado falar sempre no Govêrno da Guanabara porque entendo que, de fato, êsses assuntos não dizem respeito ao atual Govêrno que é da União Democrática Nacional, ou pelo menos o seu Governador o é, porque o Govêrno é de uma coligação partidária, mas que, entretanto são assuntos que beneficiam o Estado e o povo carioca. Demonstra-o o fato de que representantes do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Democrático, ilustres colegas de representação carioca, trazem sempre o seu apôio às minhas palavras, e, ao mesmo tempo, no Estado os nossos partidos mais de uma vez se uniram ao se tratar da defesa do interêsse público. Uma outra forma pela qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico poderá ajudar muito o Estado da Guanabara, é com o Aval para financiamento no exterior de compra de equipamento importado. Se vamos construir usina termo-elétrica, se vamos fazer uma siderúrgica na Guanabara, se vamos fazer a industrialização do lixo, precisamos de financiamento no exterior e não custa nada à União que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico dê essa garantia, que é o aval, para essas operações.

Todos nós sabemos que a cidade do Rio de Janeiro, outrora tão limpa, tem tido êsse grave problema que a enfeia de muito. E entretanto, uma cidade que pelo seu desenvolvimento chegou a ser um Estado o Rio de Janeiro ou o Estado da Guanabara é uma cidade-Estado. Para se resolver o problema do lixo não é necessário mais comprar carros ou aumentar o pessoal, mas sim mudar radicalmente os meios de tratar o assunto. Só há uma fórmula pela qual é possível resolver o problema do lixo na cidade do Rio de Janeiro. É a industrialização do lixo, pois a Guanabara, se carece de tanta cousa, uma lhe sobra: o lixo. Ao mesmo passo que será industrializado, a cidade poderá ficar limpa. Ainda isso poderá representar um acréscimo na arrecadação do Estado da Guanabara. A União Federal poderá ainda, como dizia há pouco, ajudar o Estado da Guanabara e aí diretamente, cumprindo aquilo que é de seu dever, determinar o reaparelhamento do Pôrto do Rio de Janeiro. Aqui me estou metendo numa seara onde o nobre Senador Francisco Gallotti é mestre, mas S. Exa., por certo, poderá dizer-nos melhor da necessidade do reaparelhamento urgente do grande Pôrto do Rio de Janeiro.

O Sr. Francisco Gallotti — Ainda hoje noticiou uma estação de rádio que o atual govrno determinou que o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais fôsse transformado numa autarquia para ter maior elasticidade de tomar providências, em relação a todos os portos nacionais que hoje contam com uma soma ponderável através do Fundo Portuário. Sem qualquer dúvida o Pôrto do Rio de Janeiro deverá ter prioridade para o seu reaparelhamento, a fim de que atenda ao seu intenso trabalho para todo o Brasil.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Razão tinha eu em dizer que V. Exª nobre Senador Francisco Gallotti era entendido no assunto. O pôrto do Rio de Janeiro, é claro, deverá um dia vir a pertencer ao Estado. Não se compreende que êle continue federal, quando o Rio de Janeiro passou a ser um Estado.

A transferência no momento constituiria um ônus para o Estado. Esperamos, entretanto, que a União Federal venha a reaparelhar êsse porto para, no futuro, quando nos fôr entregue, não acontecer como no caso da Light com os bondes da Companhia do Jardim Botânico. Realmente o Estado da Guanabara tem porto não apenas para servi-lo, mas para servir a todos os Estados vizinhos da federação.

A União Federal poderá ainda dar ajuda substancial à cidade do Rio de Janeiro, com o reaparelhamento e melhoria das estradas de ferro suburbanas, diria, melhor, as ferrovias, tais como a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Leopoldina Railway, a Rio Doce, enfim, àquelas estradas de ferro que servem os subúrbios do Rio de Janeiro e que dia a dia crescem e não tanto por causa dos cariocas, mas dos brasileiros que, de todos os rincões da Pátria, acorrem ao Rio de Janeiro.

Gostaria, de passagem, lembrar a questão dos telefones. A criação da Companhia Telefônica da Guanabara foi a solução encontrada para êsse grave problema da cidade do Rio de Janeiro. A melhoria da sua rêde telefônica poderá parecer assunto de interêsse apenas do Estado da Guanabara: mas não é. O Rio de Janeiro serve como que de coração para o Brasil: para lá são dirigidas tôdas as comunicações e de lá é que saem. Nós, que vivemos em Brasília, sabemos que a única maneira de nos comunicarmos com os nossos Estados, é através da rêde telefônica do Rio de Janeiro. E', portanto, assunto de interêsse federal.

A Companhia Telefônica Brasileira fará parte, como minoritária, da Companhia Telefônica da Guanabara.

Se o Govêrno estadual encampasse a Companhia Telefônica Brasileira, receberia um pesado encargo. O Estado, que está numa fase de transição, transição difícil e quase dramática, não poderia arcar com êsse ônus. Se a solução adotada atende aos interêsses da Companhia Telefônica Brasileira, acima de tudo corresponde aos do Estado da Guanabara, que terá o contrôle da Companhia, e aos do próprio povo carioca, que em breve terá telefones.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, receio alongar-me nas considerações sôbre o Estado da Guanabara. Entendo, porém, que nós, representantes dos Estados somos os seus porta-vozes e que há interêsse para esta Câmara Alta em ouvir de cada um de nós, os planos do govêrno de cada Estado.

Tanto mais quando se trata do Estado da Guanabara, pois realmente o Rio de Janeiro; merece um tratamento especial, de vez que os demais Estados há muito tempo têm a sua organização constitucional, o seu desenvolvimento econômico-financeiro normal; suas relações com a União Federal se desenvolvem normalmente e os seus ilustres representantes de longa data defendem os legítimos interêsses dessas antigas unidades da Federação. O Estado da Guanabara está nascendo agora; sua Constituição será promulgada no dia 27 dêste mês.

Esta a razão por que tantas vezes assomo à tribuna — e a ocuparei ainda por muitas outras — pedindo para o povo carioca, para o Govêrno da Guanabara, para o mais novo Estado da Federação, um pouco da paciência e da atenção dos nobres colegas.

Outro anseio do Estado da Guanabara, é a aplicação da arrecadação da Caixa Econômica Federal com sede no Rio de Janeiro, dos Institutos, da LBA — assunto já focalizado por mim — e das companhias de seguro, no máximo, se não "in totum", a fim de que essa arrecadação, feita pela União Federal, através dos seus mais diferentes órgãos possa reverter em benefício para o Estado da Guanabara, por um período de cinco a dez anos. E em quanto estimamos o tempo para sua reabilitação econômica e financeira.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a U.D.N., com os seus aliados, venceu as eleições no Estado da Guanabara; seu Governador é um correligionário nosso. Mas, em verdade, o Estado da Guanabara, deve ser tratado acima de considerações políticas de grupos, que estejam ocasionalmente no Govêrno ou na Oposição. Por isso, ainda que o Governador Carlos Lacerda tenha um planejamento e ainda que a realização dêsse planejamento possa significar proveito eleitoral para nós, estou certo de que os Senadores de todos os Partidos compreenderão que, quando defendo a ajuda do Govêrno Federal ao Estado da Guanabara, nem por longe pretendo fazê-lo com intenções eleitorais O futuro político é difícil de prever, se, hoje, estamos no Govêrno da Guanabara, amanhã, nele poderão estar nossos adversários. Portanto, o que deve ser duradouro é a obra que deixamos para os nossos filhos, para os nossos netos, enfim, para os nossos descendentes.

Termino minhas considerações, dizendo da confiança que temos no Presidente da República, no Govêrno Federal e, especialmente, no Congresso Nacional e no Senado da República Estamos certos de que a ajuda que necessitamos virá, de que o Presidente da República terá o apoio do Congresso Nacional em tudo que fizer pela velha cidade do Rio de Janeiro, pela ex-Capital do Brasil, que tantos e tão valiosos serviços prestou aos brasileiros. Ajudemos o Rio de Janeiro durante dez anos e a Guanabara retribuirá ajudando, por muito tempo, todos os Estados, o País inteiro, na construção da grandeza desta Nação, destinada a um porvir glorioso. (*Muito bem! Muito bem!* Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a Mesa uma comunicação que vai ser lida.

E' lida a seuinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que, nos têrmos do Regimento Interno e para fins parlamentares, foi constituído pelas bancadas do PSD, PTB e PSP o Bloco Parlamentar da Maioria.

A sua Liderança foi confiada ao Senador Filinto Muller cabendo as Vice-Lideranças aos indicados pelas respectivas bancadas, já tendo o PTB designado para suas funções o Senador Lima Teixeira e Senador Nogueira da Gama.

Senado Federal, 22 de março de 1961 — *Benedito Valladares* — *Barros Carvalho* — *Jorge Maynard*.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica inteirada e a matéria vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a Mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 73, de 1961

Nos têrmos do art. 64 do Regimento Interno, requeiro a constituição de uma Comissão para representar o Senado na solenidade da promulgação da Constituição do Estado da Guanabara.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1961. — *Gilberto Marinho* — *Caiado de Castro* — *Venancio Igrejas* — *Cunha Mello*.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido, será discutido e votado no final da Ordem do Dia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(*Para uma comunicação — Não foi revista pelo orador*) — Sr. Presidente, recebi carta do nobre Senador Filinto Muller, indicado para a liderança do bloco majoritário, nesta Casa, comunicando-me que se ausentará por algum tempo, em visita ao seu Estado, Mato Grosso. Em consequência pede-me assuma a liderança do bloco parlamentar da Maioria, nesta Casa, pôr êste período, na condição de um dos seus Vice-Líderes, conforme consta da comunicação do meu Partido, há pouco transmitida ao Plenário pela palavra do 1º Secretário.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa toma conhecimento da comunicação e declara a V. Exª que ser-lhe-ão concedidas tôdas as prerrogativas regimentais, decorrentes da investidura que anuncia.

Não há oradores inscritos. (*Pausa*).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Resolução nº 37, de 1960, que suspende a execução do § 2º, do art. 1º do Decreto-lei nº 650, de 20 de junho de 1947, do Estado do Paraná julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 467, de 1960).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (*Pausa*).

Está encerrada.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (*Pausa*).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão Diretora para redação final:

Projeto de Resolução nº 57, De 1960

Art. 1º. Fica suspensa a execução do § 1º do art. 1º, do Decreto-lei número 638, de 20 de junho de 1947 do Estado do Paraná, por ter sido julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário nº 42.533, em 29 de setembro de 1959.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está em discussão o Requerimento nº 72, do Sr. Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores, lido durante a hora do expediente. (*Pausa*)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejarem fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se acham. (*Pausa*)

Está aprovado.

Em face da deliberação do Plenário, a Mesa designa os nobres Senadores Gilberto Marinho, Caiado de Castro, Venâncio Igrejas, Cunha Mello e Mem de Sá para representarem o Senado nas solenidades de promulgação da Constituição do Estado da Guanabara.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Coimbra Bueno — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavara o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, ocupo a Tribuna para fazer uma Indicação ao Poder Executivo, no sentido de ser estudada a possibilidade de acôrdo com resoluções recentes baixadas pelo Presidente da República da abertura de agências do Banco do Brasil, como recomenda o memorando para o caso especial de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco, como em outras regiões do País carecedoras de agências para o seu impulsionamento, sobretudo no setor agropecuário, hoje, uma das cogitações do novo Govêrno que se instalou no País.

Assim sendo, Sr. Presidente minhas palavras são no sentido de que se instalem, por exemplo, no meu Estado, que tem hoje sôbre si a responsabilidade do abastecimento não sòmente de Brasília, mas de todo o Planalto Central, algumas agências, cuja presença já tarda de muitos anos. E' o caso do Vale do Tocantins e do Araguaia, uma das regiões, potencialmente, mais importantes do País, para o rápido desenvolvimento da pecuária e que em extensões imensas da ordem de centenas de quilômetros, não dispõe de uma única agência do Banco do Brasil, quando se sabe que as populações de Porto Nacional e Pedro Afonsó, há mais de dez anos, reclamam do nosso principal estabelecimento de crédito, a instalação de agências naquelas localidades, que poderão dar pronto e decisivo impulso à pecuária na região.

Há anos, quando no Govêrno do meu Estado, encaminhei para aquela região cêrca de mil reprodutores zebuínos, que exerceram influência formidável na melhoria do seu gado da região, do tipo chamado curraleiro, sem sangue zebú. Depois dessa primeira leva, adquiri no Triângulo Mineiro e para ali encaminhei, várias dezenas de milhares de reprodutores zebús. A região reclamava, então, urgentemente, aquilo por que há mais de dez anos anslava, isto é, uma agência do Banco do Brasil, a fim de que os esforços dos seus habitantes viessem a corresponder aos desejos da Nação.

Outra região do País em rápido desenvolvimento é a do canal de São Simão, interessando às cidades de Mateira, Cachoeira Alta, Quirinópolis, Cidade do Canal, Caçu e Itarumá e outras que integram, sem dúvida, com a abertura recente da BR-31, de São Paulo a Cuiabá, uma das regiões potencialmente mais capazes de corresponder aos reclamos de produção intensiva agropecuária. Aquelas regiões do nosso Estado, dentro dos próximos anos, se transformarão em regiões de recria, em invernadas, concorrendo com as grandes pracas de Barretos e Nordeste de São Paulo que hoje constituem, pròpriamente, uma das principais invernadas e de engorda do Brasil Central. Essa região do Canal de São Simão está exigindo as atenções do Banco do Brasil, para o imediato estabelecimento ali, de uma de suas agências.

Outra região de interêsse imediato para o abastecimento de Brasília, é a de São Patrício, em Mato Grosso, região que alguns Senhores Senadores já conhecem através da criação, ali, das cidades de Ceres e Rialmas, obras pioneiras do Ministério da Agricultura, que ali fundou as duas mais bem sucedidas colônias agrícolas do País. Há tempos, conversando com um dos Presidentes do Banco do Brasil, lembrei a possibilidade e mesmo a conveniência do atendimento dêsse estabelecimento de crédito à exemplo do que ocorre em algumas Nações da América, no sentido de organizar agências ambulantes para servirem regiões de produção, que ainda não comportem a fixação de uma das agências dêsse grande estabelecimento de crédito.

Essas agências ambulantes foram bem recebidas pelos órgãos técnicos; pelo menos os dirigentes com os quais troquei idéias, manifestaram-se favoráveis às mesmas.

Infelizmente, até hoje não sei de qualquer providência do nosso principal estabelecimento de crédito para a concretização da iniciativa. Possìvelmente, seriam essas agências ambulantes as pioneiras, dando origem, talvez, à criação de novas agências do Banco do Brasil nos locais que, comprovadamente, as comportassem.

Estas, Sr. Presidente, as palavras que desejava proferir, anelando no sentido de que o Executivo determine o estudo imediato da medida, não só quanto a Goiás e mais Estados vizinhos da nova Capital, mas de maneira geral, no interêsse de tôdas as regiões agropecuárias do País, que reclamem êsse melhoramento. (*Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Senadores para outra, extraordinária, às 16 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sôbre a Mensagem nº 73, de 1961, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do diplomata Jayme de Barros Gomes para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Govêrno da Tcheco-Eslováquia.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.

ATA DA 7ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 22 DE MARÇO DE 1961

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE GILBERTO MARINHO E ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

Às 16 horas acham-se presentes os Srs. Senadores

Moura Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Mendonça Clark — João Mendes — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Reginaldo Fernandes — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Freitas Cavalcanti — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Arlindo Rodrigues — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Venâncio Igrejas — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — João Villasbôas — Lopes da Costa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Mem de Sá — Guido Mondin, (48).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Argemiro de Figueiredo, 3º Secretário, servindo de 2º, procede à leitura da ata da sessão anterior que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Gilberto Marinho, 2º Secretário, servindo de 1º, dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO

Em 22 de março de 1961

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do país, dentro de alguns dias, a fim de participar dos trabalhos da reunião do Conselho da União Interparlamentar em Genebra, no desempenho de missão com que me distinguiu essa Presidência.

Atenciosas saudações — *Mendonça Clark.*

COMUNICAÇÃO

Em 22 de março de 1961

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão de Estudo da Política de Produção e Exportação em virtude do falecimento do Sr. Senador Átilio Vivacqua, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-la, na forma do disposto no art. 77, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — *Lima Teixeira.*

COMUNICAÇÃO

Em 22 de março de 1961

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Dôce, em virtude do afastamento do Sr. Senador Brasílio Celestino, solicitado se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchêla, na forma do disposto no art. 77, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — *Benedito Valladares.*

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa designa para integrarem às Comissões de Estudo da Política de Produção e Exportação e de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce, respectivamente os nobres Senadores: Mendonça Clark e Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a mesa requerimento de informações

São lidos e deferidos os seguintes requerimentos.

Requerimento nº 74, de 1961

Requeiro, na forma do disposto no art. 213 do Regimento Interno, sejam solicitadas do Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1) — Desde quando se acha lotado na Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Ceara o Agrônomo, nível 17, Alberar Pinheiro Teles;

2) — Qual tem sido sua atividade na referida Inspetoria, computando-se o número de dias de efetivo exercício.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1.961. — *João Mendes.*

Requerimento nº 75, de 1961

Na forma do disposto no artigo 213, do Regimento Interno, requeiro sejam solicitadass do Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas, as seguintes informações, pertinentes ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais:

1º — quais foram as importâncias pagas à Comissão do Baixo Parnaíba, nos anos de 1958, 1959 e 1960, para que executasse os serviços de

a) — limpeza e desobstrução do rio Parnaíba;

b) — desmatamento das margens do rio Parnaíba;

c) — outros serviços executados pela referida Comissão;

2º — em que datas foram feitos os referidos pagamentos, indicando valores de cada pagamento;

3º — fornecer cópia autenticada das prestações de contas dos anos de 1958, 1959 e 1960 da referida Comissão ao Diretor-Geral do D.N.P.R.C.;

4º — relacionar quais os serviços realizados nos últimos 3 anos;

5º — indicar como se processou, de 1958 a 1960, a construção dos serviços de limpeza e desobstrução, bem como do desmatamento das margens do rio Parnaíba;

6º — indicar os nomes das firmas ou indivíduos que receberam os contratos ou tarefas indicadas no item 5º;

7º — indicar o nome ou nomes dos rebocadores ou embarcações fluviais empregadas nas tarefas constantes do item 5º, mencionando ainda os nomes dos seus proprietários;

8º — relacionar o equipamento, como motores, máquinas, embarcações adquiridos no período de 1958 a 1960, indicando o valor de custo de cada;

9º — indicar o total dos vencimentos pagos ao pessoal fixo e o montante pago ao pessoal contratado;

10º — relacionar o pessoal fixo, indicando o nome de cada um, sua respectiva função e vencimento.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1961. — *Mendonça Clark.*

Requerimento nº 76, de 1961

Na forma do disposto no art. 213, do Regimento Interno, requeiro sejam solicitadas do Exmo Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas as seguintes informações, pertinentes ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais:

1º — o nome da firma que está construindo o guia corrente que canaliza as águas do rio Igarassu ao desembocar no Atlântico, na cidade de Luiz Corrêa — Estado do Piauí;

2º — a data em que foi realizada a concorrência pública para o início do referido serviço e os têrmos da proposta da firma vencedora;

3º — se há compromisso de colocar no referido guia corrente, mensalmente, determinada quantidade de metros cúbicos de pedra;

4º — qual é êste limite mínimo de metros cúbicos?

5º — em média, considerando a largura do guia corrente, a profundidade do traçado do guia corrente, qual seria o volume de metros cúbi-

cos de pedra por cada 10 metros lineares do referido guia?

6º — quais são os meios de transporte empregados para o transporte de pedra?

7º — indicar, se o transporte fôr rodoviário, o número de caminhões empregados; se fôr ferroviário, o número de vagões utilizados, e se fôr marítimo, o número de chatas e rebocadores em uso;

8º — conforme fôr o tipo de transporte utilizado, informar o número de viagens de caminhão, de composições ferroviárias ou de viagens fluviais, que estão sendo feitas diàriamente, mensalmente, indicando a tonelagem do caminhão, vagão ou chata;

9º — indicar os locais de procedência das pedras e as distâncias em quilômetros para o guia corrente, no pôrto de Luiz Corrêa;

10º — indicar o tempo normal gasto em cada transporte de pedras feito entre os locais de sua procedência e o guia corrente — no pôrto de Luiz Corrêa — quer seja por caminhão, vagão ferroviário ou chata;

11º — indicar as majorações de preços por metro cúbico, desde o preço inicial aprovado em concorrência pública, até o dia de hoje, mencionando as datas em que elas ocorreram;

12º — indicar se houve compromisso de entregar a tarefa contratada nem prazo certo;

13º — caso afirmativo, qual foi êste prazo, e, se já vencido, quantas prorrogações foram concedidas. Indicar cada uma das prorrogações e as razões apresentadas pelo contratante;

14º — indicar como é feit o contrôle de construção do guia corrente;

15º — existe no local um representante do engenheiro Chefe da Comissão do Baixo Parnaíba?

16º — Existe um preposto de referido Chefe da Comissão? o seu nome, a sua qualificação no Quadro da Comissão?

17º — o nome do funcionário que visa os documentos, atestando a colocação da pedra no gia corrente?

18º — como se processa a apresentação das certas da firma construtora e os nomes dos funcionários que prestam informações nas referidas certas?

19º — os valores pagos à firma construtora desde o primeiro pagamento até hoje, indicando data, valor da conta, número de metros cúbicos de pedra, valor do metro cúbico total;

20º — Extensão do guia corrente até hoje, em metros lineares;

21 — se foi feito, no ato dos estudos do projeto do guia corrente, uma estimativa para a sua construção?

22º — qual foi essa estimativa?

23º — o total de metros cúbicos já pagos pelo Govêrno Federal na base das contas pagas ou apresentadas para pagamento?

24º — se houver excesso entre a estimativa feita na elaboração do projeto para a realidade *paga*, qual a explicação qual a explicação técnica para o fato?

25º — em face do projeto, na opinião dos técnicos do Departamento qual a extenção em metros lineares de guia corrente que terá ainda de ser construída?

26º — na marcha atual dos trabalhos, o tempo que julgam necessário para terminar a obra?

27º — qual o custo da obra a ser feita, na base do preço da pedra, hoje?

28º — se o atual guia corrente — ainda incompleto — melhorou ou piorou as condições do pôrto de Luiz Corrêa?

29º — qual a dotação orçamentária para a referida obra em 1961?

30º — qual a opinião do Departamento sôbre as condições do pôrto de Luiz Corrêa e o seu aproveitamento como pôrto de mar do Estado do Piauí?

Sala das Sessões, em 21 de março de 1961. — *Mendonça Clark.*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mendonça Clark, orador inscrito.

O SR. MENDONÇA CLARK:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, um dos assuntos que a esta altura nenhum candidato à Presidência da República tratou no Piauí, é a construção do Pôrto de Luiz Corrêa. Lembro-me que, representando o Piauí na Conferência das Classes Produtoras de 1939, provei ao então Senador por São Paulo, Sr. Roberto Simonsen, a grande injustiça que se fazia ao meu Estado, o único Estado brasileiro com litoral atlântico e que não possuía sequer um pôrto mal aparelhado, para o escoamento da produção. Naquela ocasião procurei analisar os estudos feitos em 1910 e 1920 e mais sôbre a construção do Pôrto de Luiz Corrêa, tomando conhecimento das providências adotadas pelo então Presidente da República, Dr. Epitacio Pessôa, mandando para o Pôrto de Luiz Corrêa, como para vários outros portos do Nordeste, maquinária, locomotivas, grande quantidade de material ferroviário, cimento e ferro para a construção do pôrto.

Veio em seguida o período Bernardes e a suspensão de tôda obra, e um grande período de estagnação. Lembro-me, porém que várias vêres foram feitas concorrências públicas para a sua construção. Em 1950, numa campanha memorável, o saudoso Presidente Vargas chegando a Parnaíba disse ao povo que antes de deixar o Govêrno, iria àquela cidade assistir o atracamento dos vapores de nossa cabotagem. Desapareceu o Presidente Vargas, veio o Presidente Juscelino Kubitschek que também prometeu solenemente, a construção do Pôrto Luis Corrêa.

Na ocasião que pretendia visitar o Piauí o então candidato e atual Presidente da Renública Jânio Quadros, disse-lhe eu: "V. Exª não deve falar sôbre o Pôrto de Luiz Corrêa, porque se o fizer é capaz de ser vaiado.

Sr. Presidente, o Sr. Jânio Quadros, realmente, não considerou a questão do Pôrto e calou.

A verdade é esta. O Piauí continua depois de noventa anos, esperando o seu pôrto, sendo quase proibido se falar nele, sob pena de desmoralização.

Há quatro anos, promovi o cancelamento da penúltima concorrência realizada para a construção do pôrto. Nessa época, dirigi à Mesa do Senado requerimento de informações sôbre a situação das obras. Lamentàvelmente, ocorre que a firma contratante, não só do pôrto completo, mas da obra paralela ou guia-corrente, segundo estou informado, está marcomunado com interêsses locais da Direção do Baixo Paraíba e da Fiscalização do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e verbas da construção estão sendo desviadas.

O Sr. Sebastião Archer — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Pois não.

O Sr. Sebastião Archer — Disse V. Exª que o Piauí espera há noventa anos o seu Pôrto. O Maranhão espera há mais de cem, o pôrto de Tiaui.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte que me dá o nobre Senador Sebastião Archer.

E' chegada a hora de, uma vez por tôdas, esclarecer o Piauí sôbre a questão do pôrto de Luiz Corrêa. O povo piauiense, a esta altura estranha não tenha sido instaurada também comissão de sindicância sôbre o assunto, para esclarecimento da opinião pública. Não se compreende o que está acontecendo no meu Estado. Estive e estou ao lado do atual Presidente da República. Tenho compromissos diretos e exclusivos com S. Exª, que não é responsável pela concorrência ou pela obra. O Presidente Jânio Quadros, bem o sei, está muito ocupado com outros assuntos relevantes, o que não me impede de chamar a atenção de S. Exª para o problema do pôrto de Luiz Corrêa. Não posso, de forma alguma, concordar com a continuidade do atual estado de coisas.

Sobrevoando outro dia, de avião, o pôrto de Luiz Corrêa, vi o guia-corrente, de cêrca de 700 metros de extensão, atingindo o Farol de Atalaia. Observei, com surprêsa, que as areias, que deviam ser contidas, por êsse guia corrente, estão dando volta ao mesmo e se localizando dentro do canal, fechando completamente o pôrto.

Sr. Presidente, não sou engenheiro mas tenho experiência de vista do que aconteceu no pôrto do Ceará, onde um guia-corrente, não suficientemente longo, penetrando no Atlântico, fêz com que as correntes marítimas acompanhassem o guia, ultrapassassem sua ponta e se localizassem dentro do pôrto de Mucuripe.

Assim, também no Piauí, pela falta de complemento dêsse guia-corrente, pela demora na construção, as areias do pôrto passam por fora da ponta do guia-corrente e se localizem no canal. Este antigamente, quando não havia guia-corrente, não permitia a entrada de navios de grande calado, mas dava passagem a pequenos veleiros ou embarcações de mil a mil e quinhentos toneladas.

Representante do Estado do Piauí não me posso calar, neste momento. Propositadamente, chamo a atenção do Govêrno para o problema, a fim de que promova, de imediato, concorrência capaz de concretizar as obras do pôrto de Luiz Corrêa, velha aspiração dos piauienses.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Pois não.

O Sr. Caiado de Castro — Não parece a V. Exª que, com Subchefias dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República funcionando nos Estados, questões como a abordada por V. Exª deverão ser imediatamente levadas ao conhecimento do Presidente da República?

O SR. MENDONÇA CLARK — Perfeitamente. Entendo mesmo que a intenção do Sr. Presidente da República, ao criar as pequenas Casas Civil e Militar nos Estados, é dar solução mais pronta a problemas como êsse. Acontece, porém, que não foi ainda instalada uma Subchefia em nosso Estado. Assim, honestamente nao nos é possível avaliar os resultados práticos da medida. Estou certo porém, de que, uma vez instaladas essas Subchefias os problemas pendentes irão diretamente à Presidência da República por canais oficiais e darão margem a que nós, representantes dos Estados, avaliemos o trabalho do Govêrno.

A medida parece-me oportuna e, se bem aplicada, será muito interessante para todos. Caso contrário, cabe a nós, representantes do povo, o direito de crítica.

O Sr. Caiado de Castro — Agradeço as informações de V. Exª. Estou realmente curioso a respeito do assunto. Minha impressão é de que nós, parlamentares, ficaremos pràticamente impossibilitados de reivindicar determinadas providências para os nossos Estados porque, se nêles existirem representantes do Govêrno, nas Casas Civil e Militar, os representantes dos Municípios, certamente preferirão a êles se dirigir. Quando o Senador chegar a pedir alguma coisa dificilmente será atendido. Acredito que V. Exª o será, é do Partido do Govêrno, o Presidente é bem intencionado. Tenho, porém, a impressão de que sobrará muito pouco para os Senadores em geral. Imagine V. Exª o Piauí, que muito admiro, Estado ao qual quero muito bem, embora lá tenha sofrido bastante no tempo da Revolução. Conheço bastante o Estado de V. Exª, ao qual tenho grande simpatia. Trata-se, porém — e V. Exª concorda comigo — de Estado pobre, que luta com certa dificuldade.

O SR. MENDONÇA CLARK — Não foi Capital Federal.

O Sr. Caiado de Castro — Não foi Capital Federal, de acôrdo com V. Exª. Pois bem, Estado nessas condições, se nêle se instalam representantes civil e militar do Presidente da República, até o Governador ficará em situação bem difícil. Falo baseado na experiência adquirida ao tempo em que não era político e andava Brasil afora. Sei o que é a representação federal nos Estados pequenos, como o de V. Exª. Não falo em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, onde o Govêrno Federal não terá maior interferência, mas o Piauí e outros Estados vão sofrer muito. Quanto ao problema abordado por V. Exª, relativo ao pôrto do Piauí, parece-me realmente sério e o assunto deve ser esclarecido.

O SR. PRESIDENTE:

(*Fazendo soar os timpanos*) — Lembro ao nobre orador que o Expediente, nas sessões extraordinárias, é de apenas trinta minutos, improrrogáveis.

Assim, o tempo de V. Exª está a esgotar-se.

O SR. MENDONÇA CLARK — Sr. Presidente, já concluirei.

O Sr. Joaquim Parente — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Joaquim Parente — Desejo, como representante do Piauí, hipotecar minha inteira solidariedade às justas ponderações que V. Exª está fazendo sôbre o Pôrto de Luís Corrêa. Têm elas tôda procedência e o Sr. Presidente da República não pode, realmente, deixar de examinar o assunto com vivo interêsse.

O SR. MENDONÇA CLARK — Muito obrigado ao nobre Senador Joaquim Parente.

Respondendo ao último aparte do nobre Senador Caiado de Castro, digo-lhe que estou muito tranqüilo com a instalação das Subchefias das Casas Civil e Militar da Presidência da República no Piauí. É a melhor maneira de o Govêrno Federal conhecer, realmente, o que se passa no meu Estado. A providência não me atinge, não me diminui; pelo contrário, dá-me grande satisfação venha o Govêrno Federal a saber, através de seus auxiliares, da situação que atravessa o Piauí e o Govêrno do Estado, de modo que estou tranqüilo quanto a isso. Julgo mesmo que foi uma grande solução para aquêle Estado e talvez no futuro não o seja, mas, no momento é uma solução magnífica. Cumprindo, fielmente, as determinações do Sr. Presidente da República, se verificará que realmente é necessários se faça algo na administração calamitosa do Estado do Piauí, e creio mesmo que o Sr. Presidente da República ficará impressionado quando receber essas informações, na Casa Civil e da Casa Militar.

O Sr Joaquim Parente — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Joaquim Parente — Não estou na indicação de representantes do Sr. Presidente da República nos Estados, outro interêsse senão o de melhor trabalhar pois não dou a êsse ato o sentido de fiscalização que o nosso nobre colega está dando. Ao contrário, vejo que a presença dêsses representantes tem o sentido de colaborar, ed ajudar a todos nós, representantes do Piauí e de outros Estados, para melhor resolvermos os problemas imediatos dos nossos Estados.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço mais êsse aparte do nobre colega. Acrescento que a fiscalização não é do Govêrno Federal e muito facilitará aos representantes dos Estados no Congresso Nacional. Era o que tinha a dizer. (*Muito bem, muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

Trata-se de matéria cuja apreciação, nos têrmos do Regimento Interno, deverá ser feita em sessão secreta.

À Mesa aguardará as providências nesse sentido.

(*A sessão transforma-se em secreta às 16 horas e 40 minutos e volta a ser pública às 17 horas*).

O SR. PRESIDENTE:

Está aberta a sessão que volta a ser pública.

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa, orador inscrito.

O SR. LOPES DA COSTA:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, faço uso da palavra para tratar ràpidamente, de *dois* assuntos.

Primeiro, para congratular-me com o Sr. Presidente da República em face da escolha do doutor Hélio Palma de Arruda, atual Prefeito do Município da Capital do meu Estado, para as elevadas funções de Presidente do Banco de Crédito da Amazônia. (*Muito bem!*)

O doutor Hélio Palma de Arruda, que vem se impondo como administrador capaz, honesto, está capacitado para exercer com brilhantismo e sadio patriotismo, a Presidência dêsse importante estabelecimento bancário, pela sua inteligência, dedicação e amor ao trabalho.

Seus altos conhecimentos administrativos, tenho certeza, levarão S. Exa. a cabal desempenho da missão para a qual acaba de ser investido.

Dirijo-me, Sr. Presidente, neste instante, aos nobres colegas que dignamente representam os Estados do Amazonas, Pará, Goiás e Maranhão, integrantes, como o meu da Amazonas. A êles quero afiançar, desta Tribuna, que o doutor Hélio Palma de Arruda saberá traçar, naquele Banco, normas administrativas consentâneas com as leis que o criaram. A meu ver, uma das principais iniciativas de S.S. será a de dar às quarenta e duas ou quarenta e cinco agências...

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Não tenho o prazer de conhecer o doutor Hélio Palma de Arruda No entanto louvo-me nas informações que V. Exa. traz à Casa a respeito do novo Presidente do Banco de Crédito do Amazonas. Espero que S.S. faça uma administração à altura daquela Instituição de Crédito, que atravessa, inegàvelmente, situação difícil O Banco da Amazônia precisa de um homem equilibrado, justo, com amplos conhecimentos de economia pois sua situação atual é difícil. Acaba de deixar sua Presidência um homem com essas qualidades de equilíbrio, bom senso e raro tino administrativo, o Senador Remi Archer. Espero, e quero crer, que o doutor Hélio Palma de Arruda prossiga na mesma política econômica que o doutor Remi Archer imprimiu ao Estabelecimento, a fim de evitar o marasmo em que o mesmo se debate. A situação do Banco é muito difícil — como já disse — delicada. Sòmente com equilíbrio, fôrça de vontade, e esfôrço pessoal poderão harmonizar-lhe a situação. E um dos primeiros atos que S. Exa. deverá pleitear, junto ao Sr. Presidente da República, é o reajustamento dos preços de aquisição da borracha porque com a majoração do custo dos combustíveis, teremos um encarecimento de vulto nos preços das utilidades naquela região da Amazônia, ainda subdesenvolvida. Assim, para amparar-mos suas culturas, faz-se necessário, em primeiro lugar, que o Govêrno da República reajuste o preço de aquisição da borracha.

O SR. LOPES DA COSTA — Agradeço o aparte do representante do Estado do Pará e posso, neste momento, confirmando as minhas palavras anteriores, dizer que o Sr. Palma de Arruda saberá corresponder à confiança de tôdas as populações desses Estados. Antes, porém, deverá êle fazer um relatório completo sôbre a situação do estabelecimento bancário que vai receber e posteriormente dirigir, a fim de que as normas administrativas sejam traçadas.

O Sr. Coimbra Bueno — Permite V. Exa. um prte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com prazer.

O Sr. Coimbra Bueno — Congratulo-me com V. Exa. pela apresentação que faz do novo Diretor do Banco de Crédito da Amazônia. Nós, de Goiás, integrantes da Bacia Amazônica, estamos particularmente interessados na sua atuação da qual muito esperamos, porque, atualmente, é o único Banco que poderá operar na Bacia do Tocantins e do Araguaia — como há pouco citei — sendo praticamente uma das regiões para as quais o Banco do Brasil deve volver as suas vistas, por se tratar de uma zona capaz de produzir em larga escala.

O SR. LOPES DA COSTA — Muito grato pelo aparte de V. Exa. que tenho a honra de incorporar ao meu discurso.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa. dá licença para outro aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Apenas para maior esclarecimento, desejava encarecer a V. Exa. a necessidade do novo Presidente do Banco de Crédito da Amazônia ler com carinho, o último relatório do seu ex-presidente Sr. Remy Archer documento de grande valor que esteriotipa, em têrmos exatos, a situação atual daquele estabelecimento de crédito.

O SR. LOPES DA COSTA — Farei presente ao Dr. Palma de Arruda a argumentação de V. Exa.

O Sr. Gilberto Marinho — V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com satisfação.

O Sr. Gilberto Marinho — No exercício, eventual da Presidência desta Casa, venho a plenário, embora já dispensado de proferir qualsquer palavras em tôrno do assunto, em virtude da oportunissima manifestação do meu eminente colega de representação partidária, o nobre Senador Lobão da Silveira. Entretanto não podia, no momento em que o Senador Remy Archer deixa a direção do Banco da Amazônia, desprezar a oportunidade de reafirmar a admiração que me merece o eminente companheiro, que mais uma vez confirmou na direção daquele Estabelecimento, as qualidades de caráter e de administrador, qualidades não só de ordem intelectual, mas de ordem moral, que exornam a sua personalidade. Já no Govêrno do eminente e grande brasileiro Marechal Eurico Gaspar Dutra, que o foi tirar do exercício de Presidente do Instituto dos Comerciários distinguiu-se S. Exa. como administrador modelar, sempre se impondo não só à consideração desta Casa, que honrou com a sua presença, mas, de modo geral a quantos se interessam pela causa pública do País, pela forma por que imprime o cunho da sua forte personalidade em tôdas as administrações que o tem à sua frente.

O SR. LOPES DA COSTA — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, encerrando o primeiro assunto, passo a falar sôbre o segundo que me trouxe à tribuna. Trata-se de um telegrama que acabo de receber da Cidade de Corumbá, da Firma Industrial Moinho Matogrossense, apelando, por meu intermédio ao Sr. Presidente da República, para o Serviço de Expansão do Trigo e a Cacex, no sentido de não deixar faltar a cota de trigo que corresponde a êsse estabelecimento, porque a situação no meu Estado agrava-se dia a dia, tornando-se por assim dizer caótica. Quero, portanto, aproveitando a oportunidade de me encontrar nesta tribuna, fazer um apelo ao Sr. Presidente da República no sentido de que, muito embora se esteja procedendo ao levantamento do estoque de trigo existente e em trânsito no País, o Serviço de Expansão do Trigo, uma vez terminado êsse trabalho, adote medidas para que a distribuição do produto não sofra solução de continuidade. (*Muito bem! muito bem*).

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Lopes da Costa, deixa a presidência, sucessivamente, os Srs. Moura Andrdes, Gilberto Marinho e Argemiro de Figueiredo, reassumindo-a, o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão, por cessão com o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR JARBAS MARANHÃO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 23 de março de 1961

1 — Discussão única do Projeto de Resolução nº 46 de 1960, que suspende a execução da Lei nº 145, de 23 de dezembro de 1948, do Estado do Rio Grande do Norte, na parte que desmembrou do Município de São Tomé a localidade denominada "Sítio Novo", anexando-a ao Município de Santa Cruz, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 414, de 1960).

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 22, DE 1961

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve desligar, a pedido, a Oficial Legislativo, Símbolo PL-6, Nathercia Silva de Sá Leitão das funções de seu Oficial de Gabinete.

Resolve, outrossim, elogiá-la pelos relevantes serviços prestados pela funcionária, há mais de quatro anos, sempre com grande zêlo, dedicação e eficiência.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1961. — Senador *Cunha Mello*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 23, DE 1961

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo PL-8, para exercer a função de seu Oficial de Gabinete a partir de 11 de março do corrente ano. — Senador *Cunha Mello*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 24, DE 1961

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar Vicente Oliveira de Lara Resende, Auxiliar Legislativo PL-10, para exercer a função de seu Auxiliar de Gabinete a partir de 11 de março do corrente ano.

Senador *Cunha Mello*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 25, DE 1961

O Primeiro Secretário, nos têrmos do art. 51, letra K, do Regimento Interno, resolve designar Sarah Ramos de Figueiredo, para a função de Secretária Particular do 3º Secretário. — Senador *Cunha Mello*, 1º Secretário.

Atos do Diretor Geral

O Diretor Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 52-61 — em que Zormelina Ribeiro Alves, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, no total de 4 anos, 6 meses e 15 dias;

Nº 65-61 — em que Osmar Arruda, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica, no total de 1 ano, 6 meses e 4 dias;

Nº 383-60 — em que Valentim Ferreira da Costa, Auxiliar de Portaria, Símbolo PL-10, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, no total de 175 dias;

Nº 31-61 — em que Oswaldo José da Silva, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, no total de 1 ano, 7 meses e 26 dias;

Nº 366-60 — em que João Arlindo dos Santos, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Guerra, no total de 1 ano e 29 dias;

Nº 58-61 — em que Paulo Rubens Pinheiro Guimarães, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, no total de 364 dias.

Secretaria do Senado Federal, em 20 de março de 1961. — *Ninon Borges Seal*, Diretora do Pessoal.

PORTARIA Nº 28, DE 1961

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições e sob sua coordenação, designa a Comissão, abaixo indicada, para proceder ao levantamento geral dos móveis, máquinas, equipamentos, utensílios e material permanente de propriedade do Senado Federal.

A Comissão:

1 — Dr. Luiz do Nascimento Monteiro — Diretor da Contabilidade.

2 — Sr. Joaquim da Costa — Administrador.

3 — Sr. Wilson Menezes Pedrosa — *Ajudante de Almoxarife*.

O trabalho da Comissão, ora designada, correrá paralelamento, e será executado de maneira inteiramente independente do ordenado em relação a cada Diretoria e Serviço, em carta circular, desta data.

Brasília, 20 de março de 1961. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR$ 0,40